

Alerta Legislação nº 09, de 23 a 28 fev. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

Visite nosso endereço na Internet e conheça outros produtos da Biblioteca:

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

DECRETO Nº 12.857, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

Promulga o Protocolo de 2014 relativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, firmado em Genebra, em 11 de junho de 2014.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 70.396, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre o cumprimento do artigo 3º da [Lei Complementar federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026](#), para prever o cômputo do período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para a finalidade que especifica.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.

LEGISLAÇÃO SUPERIOR

26/02/2026

LEI Nº 15.352, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Transforma cargos no âmbito do Poder Executivo federal; altera a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), para dispor sobre a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), a [Lei nº 10.871, de 20 de maio de 2004](#), para criar a Carreira de Regulação e Fiscalização de Proteção de Dados, a [Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025](#) (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente), para dispor sobre o início da vigência da referida Lei; altera as Leis nºs [9.008, de 21 de março de 1995](#), [11.890, de 24 de dezembro de 2008](#), [13.326, de 29 de julho de 2016](#), [13.848, de 25 de junho de 2019](#), e [14.600, de 19 de junho de 2023](#); revoga a [Medida Provisória nº 1.319, de 17 de setembro de 2025](#); e dá outras providência.

<p>25/02/2026</p>	<p><u>DECRETO Nº 12.858, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Anexo ao Decreto nº 4.954, de 14 de janeiro de 2004, que regulamenta a Lei nº 6.894, de 16 de dezembro de 1980, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização da produção e do comércio de fertilizantes, corretivos, inoculantes, estimulantes ou biofertilizantes, remineralizadores e substratos para plantas destinados à agricultura.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.857, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Promulga o Protocolo de 2014 relativo à Convenção nº 29 da Organização Internacional do Trabalho sobre o Trabalho Forçado ou Obrigatório, firmado em Genebra, em 11 de junho de 2014.</p>
<p>24/02/2026</p>	<p><u>DECRETO Nº 12.856, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Revoga o Decreto nº 12.600, de 28 de agosto de 2025, que dispõe sobre a inclusão de empreendimentos públicos federais do setor hidroviário no Programa Nacional de Desestatização.</p>
<p>23/02/2026</p>	<p><u>DECRETO Nº 12.853, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a Câmara de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Conselho de Governo.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.852, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o Comitê de Desenvolvimento do Programa Nuclear Brasileiro.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.851, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 6.761, de 5 de fevereiro de 2009, para dispor que a Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Fazenda poderá regulamentar a forma de comprovação da destinação dos créditos obtidos no exterior ao financiamento de exportações.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 8, DE 2026</u> O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 32, de 2001, a Medida Provisória nº 1.326, de 1º de dezembro de 2025, publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Dispõe sobre o reajuste da remuneração das forças de segurança pública do Distrito Federal, da remuneração da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar dos ex-Territórios Federais e do antigo Distrito Federal e do valor do auxílio-moradia dos militares que especifica e sobre a extinção de cargos efetivos vagos", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Brasília, 26 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 7, DE 2026</u></p>

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, cumprindo o que dispõe o § 1º do art. 10 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que, nos termos do § 7º do art. 62 da Constituição Federal, com a redação dada pela [Emenda Constitucional nº 32, de 2001](#), a [Medida Provisória nº 1.325, de 24 de novembro de 2025](#), publicada, em Edição extra, no Diário Oficial da União no mesmo dia, mês e ano, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, no valor de R\$ 190.000.000,00, para os fins que especifica", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 11, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.318, de 17 de setembro de 2025](#), que "Altera a [Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005](#), para instituir o Regime Especial de Tributação para Serviços de *Datacenter* - REDATA, e a [Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025](#)", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 25 de fevereiro de 2026.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 10, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.316, de 16 de setembro de 2025](#), que "Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 12.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 24 de fevereiro de 2026.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

Presidente da Mesa do Congresso Nacional

ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 9, DE 2026

O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a [Medida Provisória nº 1.315, de 15 de setembro de 2025](#), que "Altera a [Lei nº 14.871, de 28 de maio de 2024](#), para dispor sobre o limite da autorização para concessão de quotas diferenciadas de depreciação acelerada para navios-tanque novos produzidos no Brasil destinados ao ativo imobilizado e empregados exclusivamente em atividades de cabotagem de petróleo e seus derivados e de derivados de gás natural, e para embarcações de apoio marítimo utilizadas para o suporte logístico e a prestação de serviços aos campos, às instalações e às plataformas *offshore*", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 22 de fevereiro de 2026.

Brasília, 26 de fevereiro de 2026

Senador DAVI ALCOLUMBRE

	<p>Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.314, de 5 de setembro de 2025, que "Autoriza a utilização do superávit financeiro de fontes supervisionadas pelo Ministério da Fazenda e de recursos livres das instituições financeiras para a disponibilização de linhas de crédito rural destinadas à liquidação ou à amortização de dívidas de produtores rurais prejudicados por eventos adversos", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 12 de fevereiro de 2026. Brasília, 26 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 5, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.311, de 1º de setembro de 2025, que "Abre crédito extraordinário, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, no valor de R\$ 30.590.400,00, para os fins que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de fevereiro de 2026. Brasília, 26 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 4, DE 2026</u></p> <p>O PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 1.310, de 1º de setembro de 2025, que "Abre crédito extraordinário, em favor de Encargos Financeiros da União, no valor de R\$ 30.000.000.000,00, para o fim que especifica", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 9 de fevereiro de 2026. Brasília, 26 de fevereiro de 2026 Senador DAVI ALCOLUMBRE Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO</p>	<p>MARGINÁLIA FEDERAL</p>
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>CASA CIVIL (CCPR) ↳ Comissão Interministerial de Inovações e Aquisições do Programa de Aceleração do Crescimento <u>RESOLUÇÃO CIIA-PAC/CC Nº 5, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Define os produtos manufaturados sujeitos à exigência de aquisição nacional nas ações do Programa de Aceleração do Crescimento - Novo PAC, acompanhados dos critérios para caracterização da origem nacional.</p>

Ministério da Defesa (MD)	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM-MD Nº 1.084, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova os conjuntos de atendimento individual, pré-hospitalar e hospitalar contra agentes químicos, radiológicos e nucleares no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Armadas.</p> <p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) ↳ Gabinete do Comandante (GABAER) <u>PORTARIA GABAER/GC3 Nº 1.592, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Cria e ativa o Centro Cultural Força Aérea Brasileira.</p> <p>ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS (EMCFA) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA EMCFA-MD Nº 2, DE 4 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui, no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, o Comitê Executivo para o Sistema Estratégico de Comunicações em Alta Frequência</p>
Ministério da Fazenda	<p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA <u>ATO COTEPE/PMPF Nº 5, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Preço médio ponderado ao consumidor final (PMPF) de combustíveis</p> <p>SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.307, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Substitui o Anexo Único da Instrução Normativa RFB nº 2.305, de 31 de dezembro de 2025, que dispõe sobre a redução linear dos incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia concedidos no âmbito da União.</p>
Ministério da Pesca e Aquicultura	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MPA Nº 637, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Aprova o Plano Nacional para o Desenvolvimento da Pesca Amadora e Esportiva</p>
Ministério da Saúde	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.254, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Define o valor per capita anual com base em critério populacional e estabelece a manutenção do valor nominal repassado no ano anterior para municípios com decréscimo populacional, válidos para o ano de 2026, no âmbito do Financiamento de Atenção Primária à Saúde - APS.</p> <p><u>PORTARIA GM/MS Nº 10.253, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Divulga os montantes anuais de referência destinados ao cofinanciamento federal de recursos do Bloco de as Ações e Serviços Públicos de Saúde no Grupo de Atenção Primária, a serem</p>

repassados aos Municípios, aos Estados e ao Distrito Federal no ano de 2026.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)
↳ **Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO DA DIRETORIA COLEGIADA ANVISA Nº 1.017, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026

Dispõe sobre a atualização do Anexo I (Listas de Substâncias Entorpecentes, Psicotrópicas, Precursoras e Outras sob Controle Especial) da Portaria SVS/MS nº 344, de 12 de maio de 1998.

↳ **4ª Diretoria**

↳ ↳ Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 710, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 708, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 705, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 704, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

(...)

RESOLUÇÃO-RE Nº 690, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026

(...)

Art. 1º Adotar a(s) medida(s) preventiva(s) constante(s) no ANEXO.

(...)

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA SAES/SCTIE Nº 41, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas de Trombocitopenia Imune Primária.

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

PORTARIA SCTIE/MS Nº 13, DE 21 DE FEVEREIRO DE 2026

Torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Diabetes Mellito Tipo 2. Ref.: 25000.180094/2024-06.

**Ministério de
Minas e Energia**

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL
↳ **Diretoria Colegiada (DC)**

RESOLUÇÃO NORMATIVA ANEEL Nº 1.151, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2026

	<p>Estabelece os procedimentos para a delegação de competências da ANEEL aos Estados e ao Distrito Federal, para a execução de atividades descentralizadas em regime de gestão associada de serviços públicos, revoga a Resolução Normativa nº 914, de 23 de fevereiro de 2021, e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM ↳ Diretoria 1 <u>RESOLUÇÃO ANM Nº 230, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Atualiza os valores dos emolumentos, da Taxa Anual por Hectare (TAH), das multas previstas na legislação minerária, das vistorias de fiscalização e dos demais serviços prestados pela Agência Nacional de Mineração (ANM).</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome</p>	<p>SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMBATE À POBREZA E À FOME <u>RESOLUÇÃO Nº 19, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Formaliza a adesão dos municípios de Mâncio Lima (AC); Maragogi (AL), Monteirópolis (AL), Senador Rui Palmeira (AL); Anamã (AM), Benjamin Constant (AM), Parintins (AM); Alagoinhas (BA), Catu (BA), Cotegipe (BA), Cristópolis (BA), Formosa do Rio Preto (BA), Ipirá (BA), Mundo Novo (BA), Ribeira do Amparo (BA), Rodelas (BA), Serrolândia (BA), Teofilândia (BA); Amontada (CE), Itapiúna (CE), Mulungu (CE), Saboeiro (CE), São Gonçalo do Gurguéia (PI), Dobrada (SP), Itaberá (SP), Itapura (SP) e Saltinho (SP) ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. (...)</p>
<p>Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI <u>PORTARIA NORMATIVA INPI/PR Nº 59, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a modalidade de trâmite prioritário "Tecnologia Relacionada à Copa do Mundo Feminina FIFA 2027", em caráter temporário.</p>
<p>Ministério do Planejamento e Orçamento</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPO Nº 54, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Reabre, em favor do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, crédito extraordinário, no valor de R\$ 34.856.642,00, aberto pela Medida Provisória nº 1.329, de 18 de dezembro de 2025</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 51, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, crédito suplementar no valor de R\$ 15.000.000,00, para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.</p>
<p>Ministério do Turismo</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MTUR Nº 5, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera a Portaria MTur nº 1, de 30 de janeiro de 2026 que dispõe sobre as normas do Programa de Regionalização do Turismo, do</p>

	Mapa do Turismo Brasileiro e da Categorização dos Municípios no Mapa do Turismo Brasileiro.
Ministério dos Povos Indígenas	GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA GM/MPI Nº 33, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui o Programa Wahipaite de Promoção à Justiça Climática nos Territórios Indígenas no âmbito do Ministério dos Povos Indígenas e dispõe sobre os Planos Indígenas de Enfrentamento às Mudanças Climáticas.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA (CFM) <u>RESOLUÇÃO CFM Nº 2.454, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Normatiza o uso da inteligência artificial na medicina.
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
27/02/2026	<u>DECRETO Nº 70.402, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação de unidade escolar na Secretaria da Educação e dá providências correlatas.
24/02/2026	<u>DECRETO Nº 70.398, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Acrescenta dispositivo ao Decreto nº 48.898, de 27 de agosto de 2004 , que aprova o Plano de Classificação e a Tabela de Temporalidade de Documentos da Administração Pública do Estado de São Paulo: Atividades - Meio. <u>DECRETO Nº 70.397, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 67.814, de 18 de julho de 2023 , que institui o Programa "UniversalizaSP", e o Decreto nº 69.585, de 5 de junho de 2025, que reorganiza o Programa "São Paulo Sempre Alerta", e dá providências correlatas. <u>DECRETO Nº 70.396, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o cumprimento do artigo 3º da Lei Complementar federal nº 226, de 12 de janeiro de 2026 , para prever o cômputo do período compreendido entre 28 de maio de 2020 e 31 de dezembro de 2021 para a finalidade que especifica. <u>DECRETO Nº 70.392, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Fixa o Quadro de Pessoal da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo - UNIVESP <u>DECRETO Nº 70.391, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Institui a Medalha do "Cinquentenário do Décimo Quinto Batalhão de Polícia Militar Metropolitano" e dá providências correlatas.

	<p><u>DECRETO Nº 70.388, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Altera o Decreto nº 69.229, de 23 de dezembro de 2024, que aprova a Estrutura Organizacional e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da São Paulo Previdência - SPPREV.</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL
Secretaria de Desenvolvimento Social (SEDS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>PORTARIA Nº 04, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Repactua o prazo para manutenção do Sistema PMASweb aberto para registro das informações referentes aos Planos Municipais de Assistência Social do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PORTARIA Nº 02, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Pactua a recomposição de recursos de cofinanciamento estadual do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, para municípios do Estado de São Paulo, nos termos do §2º do artigo 7º da Resolução SEDS nº 01, de 2026.</p>
Secretaria da Educação (SEDUC)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 28, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação</p>
Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 726, DE 23-02-2026</u> Autoriza a divulgação dos Índices de Preços de Obras Públicas.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SFP/AEFP Nº 725, DE 23-02-2026</u> Dispõe sobre Índices de Reajustes de Preços de Contratos de Serviços, conforme o disposto no Decreto Estadual nº 48.326 de 12-12-03 e Resolução da Casa Civil nº 79 de 12-12-03 e suas alterações.</p>
Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)	<p>SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS <u>PORTARIA SGP Nº 07, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a uniformização dos procedimentos relativos no módulo de demandas judiciais do Sistema de Gestão de Pessoal, disponível na Plataforma Minha Área.SP.GOV.BR, para envio de apostilas judiciais a serem implantadas na folha de pagamento.</p>
Secretaria da Saúde (SS)	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS Nº 37, DE 24 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o repasse de valores financeiros, do Fundo Estadual de Saúde - FUNDES, para os Fundos Municipais de Saúde, conforme complementação estabelecida através da Tabela SUS Paulista, aos prestadores de serviço conveniados ou contratados pelo SUS/SP, sob Gestão Municipal.</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 36, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece a transferência, mediante adesão, de recurso do Fundo Estadual de Saúde para os Fundos Municipais de Saúde, referente aos medicamentos não entregues e não programados por meio do Programa Dose Certa no 1º e 2º trimestre, para os municípios, no exercício do ano de 2025, e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 35, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o parágrafo 3º do artigo 6º da Lei Complementar Estadual n.º 846, de 04 de junho de 1.998</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS Nº 34, DE 20 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece a transferência de recursos financeiros do Fundo Estadual de Saúde, em consonância ao programa 0930 – Atendimento Integral e Descentralizado no SUS/SP, com vista a cooperação financeira aos municípios, no financiamento de ações e serviços decorrentes da Atenção Básica prestada à comunidade e dá providências correlatas.</p>
<p>Universidade Estadual Paulista (UNESP)</p>	<p>REITORIA <u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 4, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece normas para o Processo Seletivo Unesp-Enem Meio de Ano 2026 e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO UNESP Nº 3, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Estabelece normas para o Concurso Vestibular Unesp Meio de Ano 2026 e dá outras providências.</p>
<p>Publicação DOE Legislativo</p>	<p>SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO</p>
<p>27/02/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 126/2026, DE 27/02/2026</u> Altera a Lei nº 12.685, de 28 de agosto de 2007, para disciplinar o financiamento e a operacionalização do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo no período de transição do ICMS para o Imposto sobre Bens e Serviços – IBS, nos termos da Emenda Constitucional nº 132, de 2025, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 125/2026, DE 27/02/2026</u> Dispõe sobre exames obrigatórios na doação de sangue e benefícios para o doador.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 124/2026, DE 27/02/2026</u> Dispõe sobre a garantia e proteção da liberdade acadêmica e do pluralismo de ideias nas Universidades Públicas Estaduais que compõem a Administração Indireta do Estado de São Paulo, estabelece atos ilícitos e comina sanções administrativas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 123/2026, DE 27/02/2026</u> Dispõe sobre a prevenção e repressão ao domínio territorial por organizações terroristas e criminosas.</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 122/2026, DE 27/02/2026</u> Institui regras de civismo nas escolas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 121/2026, DE 27/02/2026</u> Institui a taxa de inquérito policial - TIP</p>
<p>26/02/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 117/2026, DE 26/02/2026</u> Institui, no âmbito do Estado de São Paulo, a Semana de Conscientização sobre a Proteção de Crianças e Adolescentes nas escolas de Ensino Fundamental II e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 116/2026, DE 26/02/2026</u> Institui a “Lei Violeta”, que estabelece diretrizes para a promoção de orientação básica em primeiros socorros e manobras de desobstrução de vias aéreas para pais e responsáveis por recém-nascidos nas maternidades e estabelecimentos de saúde públicos e privados do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 115/2026, DE 26/02/2026</u> Institui Política Estadual de Saúde Mental e dá outras providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 114/2026, DE 26/02/2026</u> Institui a “Feira das Mães Atípicas” no âmbito do Estado de São Paulo, como instrumento de inclusão social, incentivo ao empreendedorismo e promoção da autonomia financeira de mães de pessoas com deficiência.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 112/2026, DE 26/02/2026</u> Dispõe sobre a criação do Selo Escola Antirracista e do Prêmio Escola Antirracista no âmbito da rede pública estadual de ensino do Estado de São Paulo.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 111/2026, DE 26/02/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de padrões mínimos de qualidade, transparência e segurança na prestação de serviços de terapia baseada na Análise do Comportamento Aplicada (ABA) para pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>25/02/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 109/2026, DE 25/02/2026</u> Institui as diretrizes da Política Estadual de respeito, empatia e proteção animal, a serem desenvolvidas nas instituições de ensino públicas do Estado, e dá providências correlatas.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 108/2026, DE 25/02/2026</u> Dispõe sobre a concessão de isenção de pedágio para usuários em deslocamentos de caráter local nas rodovias estaduais no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.</p>

<p>24/02/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 104/2026, DE 24/02/2026</u> Estabelece a proibição de guarda, posse, tutela, adoção ou manutenção de animais por pessoa condenada por crime de maus-tratos e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 103/2026, DE 24/02/2026</u> Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação e manutenção de circuito fechado de televisão - CFTV em estabelecimentos comerciais que prestam atendimentos a animais domésticos no âmbito do Estado de São Paulo e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 102/2026, DE 24/02/2026</u> Proíbe a permanência de animais sozinhos no interior de veículos automotores estacionados em vias públicas ou em locais privados de acesso público, no âmbito do Estado de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 101/2026, DE 24/02/2026</u> Dispõe sobre a instalação de bebedouros e torneiras de água potável para animais em espaços públicos no Estado de São Paulo e dá outras providências.</p>
<p>23/02/2026</p>	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 100/2026, DE 23/02/2026</u> Dispõe sobre a instituição da Campanha Permanente de Quebra do Ciclo Intergeracional da Pobreza e do Crime no Estado de São Paulo, destinada a adolescentes e jovens matriculados no ensino médio e profissionalizante.</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 99/2026, DE 23/02/2026</u> Dispõe sobre a criação do "Selo Ecologicamente Correto" a ser dado aos estabelecimentos que derem a destinação adequada ao descarte do óleo de cozinha usado no Estado, e dá outras providências</p>
<p>Publicação TCE</p>	<p>TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)</p>
<p>27/02/2026</p>	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 09/2026</u> O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em cumprimento às suas obrigações constitucionais, legais e regimentais, tem atuado com o objetivo de oferecer celeridade à tramitação de expedientes remetidos a esta Casa, em especial um sem-número de comunicações encaminhadas à nossa Ouvidoria, que, após triagem, são despachadas para o que couber. Tais manifestações, quando se referem a ocorrências que se relacionam com nossa atividade jurisdicional, são encaminhadas aos Senhores Prefeitos e Presidentes de Câmaras para que, no prazo de 10 (dez) dias, ofereçam esclarecimentos e explicações que couberem.</p>

	<p>O não atendimento a esse prazo levará à aplicação da multa prevista em lei, bem como às necessárias anotações para a futura fiscalização ordinária.</p> <p>São Paulo, 26 de fevereiro de 2026.</p> <p>CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE</p>
26/02/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 06/2026</u> Questionário – Licitações e Contratos (IRALC 2026) O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que se encontra disponível o questionário “Índice de Risco para Auditorias de Licitação e Contratos – IRALC 2026 – Aplicação da Lei de Licitações e Contratos”, destinado ao preenchimento pelas Prefeituras Municipais (...)</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
27/02/2026	<p><u>DECRETO Nº 64.986, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2026</u> Acrescenta o artigo 2º-B ao Decreto nº 61.859, de 3 de outubro de 2022, que dispõe sobre as competências para comunicação e autorização do manejo arbóreo nas situações que especifica e regulamenta os artigos 23 a 27 da Lei nº 17.794, de 27 de abril de 2022, bem como dispõe sobre a instalação de rastreadores para monitoramento eletrônico dos serviços de zeladoria urbana.</p>

Obs.: Caso algum *link* não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: <https://www.doe.sp.gov.br/>

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti
mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz
fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira
msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>